

G. MARQUES

AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS

**Relatório de
Conclusões e
Recomendações
de Auditoria
- Anual -**

Município de Alandroal

Marinha Grande, 26 de abril de 2016



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS	3
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3.1 Balanço	6
3.2 Notas ao Balanço	8
3.3 Demonstração de Resultados	22
3.4 Notas à Demonstração de Resultados	23
4. ENDIVIDAMENTO	33
5. CONTROLO ORÇAMENTAL	34
6. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	44
7. CONTROLO INTERNO	46
8. FACTOS SUBSEQUENTES	50
9. RELATÓRIO DE GESTÃO	50
10. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	50
11. CONCLUSÕES	50
11.1 Reservas	50
11.2 Ênfases	51
11.3 Outros sem relevância para a CLC, mas a ter em conta (Recomendações)	51
12. AGRADECIMENTOS	53

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é emitido nos termos da alínea e) do § 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013 de 15 de setembro.

Procedemos à Revisão Legal das Contas da CÂMARA MUNICIPAL DO ALANDROAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como à análise da execução orçamental do mesmo ano, o que foi feito de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas com data de 26 de abril de 2016.

As quantias contidas nos documentos analisados, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos patrimoniais e orçamentais das contas do Município.

2. PROCEDIMENTOS EFETUADOS

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

1. Reuniões com alguns membros do executivo Camarário e outros responsáveis, e leitura de atas, contratos, e outros elementos que julgámos de interesse, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no anexo;
3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
4. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas das compras, receção e contas a pagar, vendas e serviços prestados, contas a receber, imobilizações, acréscimos e diferimentos e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados;
5. Realização de testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Proveitos e Ganhos Financeiros;

Proveitos e Ganhos Extraordinários;

h) Procedemos à confirmação direta e por escrito a terceiros (fornecedores e outros) dos saldos das contas. Analisámos e testámos as reconciliações subsequentes preparadas pelo Município. Nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;

i) Analisámos os montantes finais existentes nas rubricas do Estado e Outros Entes Públicos, verificando a sua regularização no ano seguinte através da análise dos pagamentos efetuados;

j) Procedemos à análise dos movimentos efetuados nas rubricas de imobilizado incluindo o imobilizado em curso;

k) Analisámos por amostragem alguns dos movimentos, efetuados nas contas de Acréscimos e Diferimentos;

l) Verificámos e confirmámos os valores constantes da rubrica de Empréstimos Obtidos;

m) Analisamos os movimentos efetuados nas rubricas de fundos próprios e sua conformidade com deliberações tomadas;

n) Analisámos os saldos finais das contas de terceiros, tanto ativos como passivos, tendo em vista apurar da sua conformidade;

o) Analisámos a necessidade ou não de constituição de cobrança duvidosa ou de provisões;

p) Verificámos a natureza e exigibilidade dos saldos de Outros Devedores e de Outros Credores;

q) Verificámos a situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social e à CGA;

r) Apreciámos a política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo atualização dos capitais seguros;

s) Analisámos do grau de execução orçamental;

t) Verificámos por amostragem alguns processos de despesa validando as diversas fases da mesma.

Rubricas	à data de		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	26.213.081	26.213.081	0	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	-59.014	159.055	218.068	-369,5%
Reservas Legais	0	0	0	-
Doações	48.200	48.200	0	0,0%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15.903	15.903	0	0,0%
Resultados Transitados	-14.972.566	-16.663.343	-1.690.776	11,3%
Resultado Líquido do Exercício	-1.459.892	179.047	1.638.939	-112,3%
Total	9.785.712	9.951.943	166.231	1,7%
Passivo				
Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo				
Provisões p/ O. Riscos e Encargos	180.299	248.848	68.549	38,0%
Dívidas a Inst. Financeiras	9.685.994	11.490.853	1.804.859	18,6%
Fornecedores Factoring	351.918	92.238	-259.680	-73,8%
Total	10.218.211	11.831.939	1.613.727	15,8%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo				
Dívidas a Inst. Financeiras	2.982.907	873.441	-2.109.466	-70,7%
Fornecedores, c/c	5.684.656	5.661.536	-23.120	-0,4%
Fornecedores fact. Rec. Confª	344.941	185.468	-159.473	-46,2%
Fornecedores Imobilizado, c/c	1.007.598	693.998	-313.600	-31,1%
Estado e O. Entes Públicos	44.965	40.708	-4.257	-9,5%
Outras Credores	2.137.501	1.575.701	-561.800	-26,3%
Total	12.202.568	9.030.852	-3.171.716	-26,0%
Acréscimos e Diferimentos				
Acréscimos de Custos	262.333	467.370	205.037	78,2%
Proveitos Diferidos	8.677.484	9.160.951	483.466	5,6%
Total	8.939.818	9.628.321	688.504	7,7%
Total do Passivo	31.360.597	30.491.112	-869.485	-2,8%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	41.146.309	40.443.055	-703.254	-1,7%

3.2 Notas ao Balanço

I- ATIVO

3.2.1 Imobilizado

- a) O quadro seguinte dá-nos a evolução do Imobilizado Líquido do Município no ano de 2015, por comparação com o ano de 2014:

Rúbricas Imobilizado	Saldos Líquidos			
	Inicial	Final	Variação	
			Absoluta	%
Bens do Domínio Público	7.956.502	7.865.553	-90.949	-1,14%
Imobilizações Incorpóreas	587.408	686.177	98.770	16,81%
Imobilizações Corpóreas	30.117.951	29.806.695	-311.257	-1,03%
Investimentos Financeiros	570.869	802.482	231.613	40,57%
Totais	39.232.730	39.160.907	-71.823	-0,18%

- b) A adoção em 2002 do POCAL levou a que o Município procedesse à identificação e valorização dos seus ativos e passivos. Porque não foi possível inventariar todos os bens de domínio público ao tempo existentes, e apesar dos esforços do Município para que todos os bens possam vir a estar inventariados, o facto é que até à data tal ainda se não verifica. Nesta conformidade o Património e o Balanço estão afetados negativamente por não estarem ainda totalmente regularizadas diversas operações urbanísticas, arruamentos e benfeitorias. Por não estarem estimados os valores que estes bens podem atingir, nem as respetivas amortizações a eles associadas, não nos foi possível quantificar o valor líquido de tais bens.
- c) Estes factos, dada a dimensão dos valores que estes ativos podem representar, influenciam o valor do Património e logo o valor do Balanço, minimizando-os. O Município deve tomar medidas no sentido de avaliar os bens não integrados no Património e inseri-los no mesmo.
- d) Verificámos relativamente aos movimentos do ano:
1. Cerca de 25% dos movimentos do Imobilizado Corpóreo,
 2. Cerca de 70% dos movimentos do Imobilizado Incorpóreo,
 3. Cerca de 30% dos movimentos dos bens do domínio público.
- e) Das nossas análises verificámos relativamente ao Imobilizado Corpóreo que:
- O saldo do imobilizado em curso continua elevado em 2015, cerca de 24.249.000 € (26.612.000 € em 2014), segundo nota 1.6 do Anexo às demonstrações, parte das obras encontra-se concluída, prevendo-se a sua regularização em 2016. Da nossa análise, cerca de 8.000.000 €, referem-se a obras imutáveis que deveriam transitar para firme, considerando

uma taxa de amortização média de 1,25%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 100.000 €.

- As amortizações do exercício estão subavaliadas relativamente aos mapas de amortizações em 53.833 €. Estes saldos devem ser acertados em 2016.

- Os investimentos financeiros respeitam a:

Imobilizado Financeiro	valor €
EDC Mármore	68.070
ALVT	307.204
FAM	427.208
Totais	802.482

1. O Município aplica o MEP às suas participadas.
2. Relativamente à participação na EDC Mármore, SA:
 - a. Por não ter sido aplicado o MEP, os investimentos financeiros estão sobreavaliados em 46.020 €, os custos subavaliados em 15.941 € e as provisões subavaliadas em 3.756 €.
Relativamente a esta participada, e uma vez que apresenta contas anuais desequilibradas, o seu passivo releva para a dívida do Município de acordo com a Lei 73/2013. Tendo em conta o seu passivo de 2015, relevarão para a dívida do Município cerca de 113.000 €.
A participada, à data de 31/12/2015, reúne as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012.
3. Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.

3.2.2 Circulante

3.2.2.1 - Existências

- a) As existências são valorizadas ao preço médio ponderado, com base no custo de aquisição com suporte em documento de despesa.

- b) Até 2015, a receita da água apenas era liquidada no momento da sua cobrança. Em 2015, o procedimento foi alterado e passou-se a liquidar a receita processada, inclusive a que estava por liquidar de anos anteriores. Esta alteração do procedimento conduziu à evidência contabilística de dívida de terceiros que estava por reconhecer, bem como a um acréscimo significativo na área de vendas.
- c) O Município realizou a transferência para clientes de cobrança duvidosa de saldos em dívida no valor de 348.299 € para os quais foi constituída provisão de 271.246 €.
- d) Validámos os valores da conta.

3.2.2.3- Estado e Outros Entes Públicos

- a) Apresenta o seguinte saldo, que validamos.

Rubrica	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
IVA	0	12.317	12.317	-
Saldo Final	0	12.317	12.317	-

3.2.2.4 - Outros Devedores

- a) A conta apresenta um saldo de 462.544 €, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Estado	113.411	113.411	0	0,00%
Fundos Comunitários	191.475	191.475	0	0,00%
Outros	42.951	157.658	114.707	267,06%
Total	347.837	462.544	114.707	32,98%

- b) Em conjunto com os saldos de Outros Credores, circularizámos 48% do saldo das contas de Outros Devedores e Credores, utilizando a circularização e outras fontes de informação interna.
- c) Não foram encontradas divergências, pelo que validámos o saldo apresentado em balanço.

3.2.4 Acréscimos e Diferimentos

3.2.4.1 – Acréscimos de Proveitos

- a) Trata-se de Proveitos a reconhecer no próprio exercício, por o serviço/venda realizado ou impostos a receber, mas sem documentação vinculativa.
- b) No ano de 2015 tiveram uma variação negativa de 53.115 €, conforme quadro seguinte:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Outros acréscimos de proveitos	221.316	168.201	-53.115	-24,00%
TOTAL	221.316	168.201	-53.115	-24,00%

- c) Verificámos os valores estimados para acréscimos de proveitos registados pelo Município e validámo-los.

3.2.4.2 – Custos Diferidos

- a) Trata os custos liquidados no exercício que respeitam ao exercício seguinte.
- b) Elevaram-se no ano de 2015 a 10.431 €, conforme quadro:

Descritivo	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Descontos de emissão de obrigações	34.361	0	-34.361	
Outros custos diferidos	357.530	10.431	-347.099	-97,08%
TOTAL	391.891	10.431	-381.460	-97,34%

- c) Validámos o saldo da conta.

II- PASSIVO

3.2.5 Dívidas de Médio e Longo Prazo

3.2.5.1 – Empréstimos Obtidos – Médio e Longo Prazo

- a) Confirmámos o saldo apresentado com um total de 11.490.853 €, através da análise da informação que obtivemos de 3 fontes de informação - DGAL, Banco de Portugal e mapas internos, e sua confrontação com a informação disponível no Município.
- b) Em resumo, o volume e valor dos empréstimos bancários a médio e longo prazo existentes a 31/12/2015; e o seu comparativo com o final do ano de 2014 é o que consta do quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31-12-2014	31-12-2015	€	%
Não excepcionados					
CGD	12000993991	744.212	586.997	-157.216	-21,1%
CGD	9015003388491	53.553	46.023	-7.530	-14,1%
CGD	9140013635491	329.963	293.390	-36.573	-11,1%
CGD	9015005108491	88.083	79.909	-8.174	-9,3%
CGD	9015001890870010	216.988	216.988	0	0,0%
CGD	90150044565391	21.349	18.121	-3.228	-15,1%
BPI	1739612830007	529.563	481.231	-48.333	-9,1%
BPI	1739612830071	7.506.088	9.612.500	2.106.412	28,1%
Total 1		9.489.799	11.335.159	1.845.359	19,4%
Excepcionados					
CGD	9015004439891	178.458	139.914	-38.543	-21,6%
CGD	9140013635491	0	0	0	-
CGD	9015004000791	17.737	15.780	-1.957	-11,0%
Total 2		196.195	155.694	-40.501	-20,6%
Total (1+2)		9.685.994	11.490.853	1.804.859	18,6%

- d) Da análise do quadro precedente verifica-se que o Passivo bancário (ML Prazo) subiu no ano de 2015, 18,6% (1.804.859 €), valor que será compensado com a descida de 70% dos Empréstimos de curto prazo com de seguida veremos.
- e) No cômputo geral, os empréstimos bancários baixaram 2,4% no ano de 2015.
- f) Validamos o saldo da conta.

- b) Os valores de curto prazo tratam os valores de empréstimos bancários que se vencem no ano imediato ao fecho das contas, de acordo com o quadro seguinte:

Instituição Bancária	Empréstimo Refª	Valor em €		Variação	
		31-12-2014	31-12-2015	€	%
Não excepcionados					
CGD	9015007928592	400.000	400.000	0	0,0%
BES	1614000015961	170.000	170.000	0	0,0%
Outros	Amortizações ano seguinte	2.412.907	303.441	-2.109.466	-87,4%
Total		2.982.907	873.441	-2.109.466	-70,7%

- c) De acordo com o artº 50º da Lei 73/2013 os empréstimos de curto prazo devem ser amortizados até ao final do ano económico em que foram contratados. O saldo em 2015 não apresenta qualquer alteração, o seu saldo mantém-se em 570.000 €. Tal fato deveu-se à não validação por parte do Tribunal de Contas do PAM que transitou para 2016.
- d) Validámos o saldo da conta.

3.2.6.2- Fornecedores de Imobilizado c/c e Factoring

- a) Apresenta um valor de 741.461 € em 2015 contra 1.278.605 € em 2014, tendo decrescido no ano (42,01%), conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Absoluta	%
Fornecedores de Imobilizado c/c	1.007.598	693.998	-313.600	-31,12%
Fornecedores de Imobilizado Factoring	271.007	47.463	-223.543	-82,49%
Total	1.278.605	741.461	-537.144	-42,01%

- b) Foram enviadas cartas de circularização a vários fornecedores de imobilizado. No conjunto das contas 26 circularizámos 48% dos saldos sem se apurarem divergências relevantes.
- c) Validamos o saldo desta conta.

- b) O saldo da conta representa o valor dos subsídios/transferências para investimento a que o Município tem direito, na parte dos subsídios ao investimento recebidos, e ainda não transitados para proveitos.
- c) Estes subsídios são atribuídos nos termos da lei ou de contratos-programa, que se encontram associados aos ativos. Deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários - Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.
- d) A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado firme e consequente sujeitos a amortização e a reconhecimento de proveito de subsídios ao investimento. De acordo com o ponto 1.6 do Anexo às demonstrações, estima-se em 3.200.000€ os subsídios associados a imobilizado que já deveria ter transitado para firme, desta forma estima-se que os proveitos estão subavaliados em 160.000 €.

III-FUNDOS PRÓPRIOS

3.2.8-Fundos Próprios

- a) Em final de ano encontram-se distribuídos da seguinte forma:

Contas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Património	26.213.081	26.213.081	0	0,00%
Ajustamentos de Capital	-59.014	159.055	218.068	-369,52%
Subsídios	0	0	0	-
Doações	48.200	48.200	0	0,00%
Reservas decorrentes da transf. de ativos	15.903	15.903	0	0,00%
Resultados Transitados	-14.972.566	-16.663.343	-1.690.776	11,29%
Resultado Líquido	-1.459.892	179.047	1.638.939	-112,26%
Total	9.785.712	9.951.943	166.231	1,70%

3.2.8.1 – Património

Manteve o valor de 2014.

3.3 Demonstração de Resultados

Rubricas	à data de		Peso nos Cust/Prov.	
	31-12-2014	31-12-2015	2014	2015
Custos e Perdas				
CMVMC	146.460	202.311	1,5%	2,2%
FSE	1.996.577	2.220.110	20,0%	24,6%
Pessoal	3.146.691	3.232.985	31,6%	35,8%
Transferências e Subs. Concedidos	724.688	640.580	7,3%	7,1%
Amortizações do exercício	1.666.087	1.396.270	16,7%	15,5%
Provisões do exercício	77.500	345.795	0,8%	3,8%
Outros Custos e Perdas Operacionais	6.745	5.558	0,1%	0,1%
Custos e Perdas Financeiros	1.071.342	463.935	10,8%	5,1%
Custos e Perdas Extraordinários	1.124.721	511.832	11,3%	5,7%
Total Custos	9.960.811	9.019.375	100,0%	100,0%
Proveitos e ganhos				
Vendas e Prestações de Serviços	709.352	1.009.024	8,3%	11,0%
Impostos e Taxas	661.907	728.753	7,8%	7,9%
Trabalhos p/ a Própria Entidade	0	66.664	0,0%	0,7%
Proveitos Suplementares	33.465	29.500	0,4%	0,3%
Transferências e Subs. Obtidos	6.497.666	6.349.697	76,4%	69,0%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0	0,0%	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	479.548	328.154	5,6%	3,6%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	118.981	686.630	1,4%	7,5%
Total Proveitos	8.500.919	9.198.422	100,0%	100,0%
Resultados	-1.459.892	179.047		

3.4 Notas à Demonstração de Resultados

3.2.8 Custos

- a) Efetuámos análises detalhadas a todas as rubricas dos custos, tendo analisado a documentação de suporte aos lançamentos, quando as rubricas assumiram valores que considerávamos anormais.
- b) O arquivo da despesa encontra-se, de uma forma geral documentado e suportado pelos documentos legais, nomeadamente:
- Proposta de aquisição de serviço;
 - Cabimento;
 - Procedimento para aquisição do serviço de acordo com a legislação em vigor;
 - Adjudicação;
 - Compromisso;
 - Requisição/nota de encomenda;
 - Processamento da despesa/contabilização da fatura;
 - Autorização do pagamento;
 - Pagamento.
- c) Analisámos alguns processos relacionados com empreitadas de obras públicas.
- d) Concluímos que, na generalidade, os procedimentos seguidos se encontram corretamente suportados.

3.4.1.1 – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

- a) Analisámos a evolução das contas de compras e os inventários finais das existências em armazém, tendo verificado a forma como se apuraram os CMVMC's.
- b) Testámos cerca de 21% do movimento do ano, não existindo ajustamentos a propor.
- c) Analisámos, numa base de amostragem, faturas de aquisição de:
- Ferramentas e utensílios;
 - Artigos de higiene e limpeza;
 - Materiais de construção;
 - Material de escritório;
 - Outros.

d) O apuramento dos CMVMC'S está de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Existências Iniciais	154.135	132.845	-21.290	-13,81%
Compras +/- Regularização de existências	125.170	195.567	70.397	56,24%
Existências Finais	132.845	126.101	-6.744	-5,08%
CMVMC	146.460	202.311	55.851	38,13%

e) No final, pudemos validar os custos do exercício nesta rubrica.

3.4.1.2 – Fornecimentos e Serviços Externos

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2014 para 2015:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Combustíveis	177.087	152.153	-24.934	-14,08%
Rendas	42.231	41.593	-638	-1,51%
Comunicação	52.094	36.772	-15.322	-29,41%
Seguros	51.360	48.029	-3.331	-6,49%
Honorários	117.155	178.351	61.196	52,24%
Trabalhos Especializados	1.009.066	1.223.066	214.000	21,21%
Outros	547.585	540.146	-7.439	-1,36%
Total	1.996.577	2.220.110	223.533	11,20%

b) Subiram, no seu conjunto, relativamente a 2014 cerca de 11,2%, com especial incidência nas rubricas:

- i) Honorários 52,2%;
- ii) Trabalhos especializados 21,2%.

c) Analisámos os movimentos na conta, tendo tido especial atenção para os valores mensais que se distanciavam dos valores normais para cada uma das sub-rubricas da conta.

d) Verificamos 34% dos movimentos do ano, não tendo detetado quaisquer incorreções, pelo que validamos o saldo da conta.

e) Validámos os valores da conta.

3.4.1.3 – Custos com Pessoal

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte de 2014 para 2015:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Órgãos Autárquicos	76.149	122.879	46.731	61,37%
Remunerações ao Pessoal	2.394.388	2.461.087	66.699	2,79%
Pensões	13.505	2.436	-11.069	-81,96%
Encargos s/ Remunerações	591.186	582.638	-8.548	-1,45%
Outros Custos com Pessoal	71.463	63.944	-7.519	-10,52%
Total	3.146.691	3.232.985	86.294	2,74%

b) Tiveram uma subida de 2.7% relativamente a 2014.

c) Validamos os saldos da conta.

3.4.1.4– Transferências e Subsídios Concedidos

a) Trata-se de subsídios atribuídos a Entidades Externas, nomeadamente a Famílias e a Instituições sem fins lucrativos. Baixaram relativamente a 2014 em 11,61%, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Freguesias	20.401	7.652	-12.749	-62,49%
Associações de Municípios	53.928	55.800	1.873	3,47%
Outras	53.854	83.361	29.507	54,79%
Administrações privadas	102.593	34.244	-68.348	-66,62%
Famílias	428.938	378.693	-50.245	-11,71%
Cartão social idoso	46.975	58.829	11.854	25,24%
Cartão jovem munícipe	18.000	22.000	4.000	22,22%
Total	724.688	640.580	-84.109	-11,61%

b) A descida (11,6%), está essencialmente ligada às transferências para as Freguesias, Administrações privadas e famílias.

c) Testámos cerca de 35% do movimento do ano, concluindo que não existem ajustamento a propor.

d) No final validamos os custos apresentados na rubrica.

3.4.1.5 – Outros Custos Operacionais

a) Decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Quotizações	6.529	3.136	-3.394	-51,97%
Outros	216	2.423	2.207	1024,01%
Total	6.745	5.558	-1.186	-17,59%

b) Tiveram uma descida de cerca de 17,6% em 2015, relativamente a 2014.

c) Verificámos 39% dos movimentos do ano, não tendo detetado anomalias.

d) Validámos o valor da conta.

3.4.1.6 - Amortizações

a) Analisámos a sua relação com o imobilizado líquido, tendo concluído que a mesma se distancia dos valores assumidos relativamente a 2014. Nesse ano foi de 4,25% do mesmo e em 2015 foi de 3,6%.

b) Os valores distribuíram-se de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Bens do Domínio Público	1.340.077	1.090.606	-249.472	-18,62%
Imobilizações Incorpóreas	89.222	60.074	-29.148	-32,67%
Imobilizações Corpóreas	236.788	245.591	8.803	3,72%
Investimentos Financeiros	0	0	0	-
Total	1.666.087	1.396.270	-269.817	-16,19%

c) Validamos o saldo da conta.

3.4.1.7 – Ajustamentos (Provisões)

a) Verificámos os movimentos do ano e conciliámos com as respostas dos advogados do Município.

b) Evoluíram de 2014 para 2015 de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Transferências de capital concedidas	0	14.533	14.533	-
Perdas em existências	3	0	-3	-100,0%
Perdas em imobilizações	0	28.482	28.482	-
Multas e penalidades	0	351	351	-
Correções de Exercícios Anteriores	428.299	362.799	-65.500	-15,29%
Outros	603.625	23.052	-580.573	-96,18%
Subsídios concedidos	92.794	82.615	-10.179	-10,97%
Total	1.124.721	511.832	-612.889	-54,49%

- b) Testámos cerca de 85% do movimento do ano, não existindo ajustamento a propor.

3.4.2 Proveitos

3.4.2.1 – Vendas

- a) Relativamente a 2014, existe uma subida relativa de 98%, o que, em valor absoluto, se traduziu em 223.048 €.
- b) Contempla as Vendas de:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Mercadorias	0	230.696	230.696	-
Produtos acabados e intermédios	227.276	219.628	-7.648	-3,37%
TOTAL	227.276	450.324	223.048	98,14%

- c) O acréscimo na conta de mercadorias tem a ver com a forma como passou a ser movimentados os proveitos referentes à água. Tal como dissemos na análise aos Clientes: *“Até 2015, a receita da água apenas era liquidada no momento da sua cobrança. Em 2015, o procedimento foi alterado e passou-se a liquidar a receita processada, inclusive a que estava por liquidar de anos anteriores.”*
- d) Analisámos a evolução mensal da conta e verificámos os documentos de suporte aos valores mais importantes tendo validado o saldo da conta.

3.4.2.2 – Prestação de Serviços

- a) A conta contempla receitas com as prestações de serviços prestados pelo Município, nomeadamente:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Saneamento	121.644	194.335	72.691	59,76%
Resíduos Sólidos	117.229	161.818	44.589	38,04%
Cemitérios	1.218	5.474	4.256	349,41%
Mercados e Feiras	22.350	22.803	453	2,03%
Instituições Culturais e Recreativas	14.193	21.763	7.570	53,34%
Outros	155.236	138.650	-16.586	-10,68%
Rendas e alugueres	49.802	13.708	-36.094	-72,48%
Outros	405	150	-255	-62,96%
TOTAL	482.076	558.700	76.624	15,89%

- b) Tiveram uma variação positiva em 2015 de 15,9%.
- c) Verificámos analiticamente a evolução da conta, tendo testado e analisado os valores que fugiam à normalidade.
- d) No final validámos e aceitámos o saldo da conta.

3.4.1.3 – Impostos e Taxas

- a) Inclui os impostos e taxas cobrados pelo Município:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Impostos				
IMI	417.808	563.195	145.388	34,80%
Imposto Circulação	88.754	88.367	-387	-0,44%
IMT	114.243	40.784	-73.460	-64,30%
Derrama	28.328	27.944	-384	-1,35%
Impostos indiretos	1.087	753	-334	-30,73%
TOTAL 1	650.220	721.043	70.823	10,89%
Taxas				
Loteamentos e Obras	11.687	10.320	-1.366	-11,69%
TOTAL 2	11.687	10.320	-1.366	-11,69%
Anulações	0	-2.610	-2.610	-
TOTAL (1++2)	661.907	728.753	66.846	10,10%

b) Verificaram-se baixas relativamente a 2014:

- no IMT	64,3%,
- Derrama	1,4%,
- Taxas	11,7%,

e subidas em:

- No IMI	34,8%.
----------	--------

- No cômputo geral, a rubrica teve uma subida de 10% relativamente a 2014.

c) Verificámos a evolução da conta mensalmente, tendo analisado os movimentos que fugiam à normalidade. Fizemos verificações e análises a alguns lançamentos, numa base de amostragem, tendo concluído que a conta se apresenta bem movimentada.

d) No final validámos os saldos.

3.4.2.4 – Trabalhos para a própria entidade

a) A conta apresenta os seguintes valores no ano.

Rubrica	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Imobilizações incorpóreas	0	66.664	66.664	-
TOTAL	0	66.664	66.664	-

b) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto.

3.4.2.5 - Proveitos Suplementares

a) Evoluíram de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
Outros proveitos suplementares	26.825	29.500	2.675	9,97%
Bens não duradouros	6.640	0	-6.640	-100,0%
TOTAL	33.465	29.500	-3.965	-11,85%

- b) Tiveram uma variação negativa de 11,9%
- c) Analisámos os movimentos e validámos o saldo da mesma.

3.4.2.6 - Transferências e Subsídios Obtidos

- a) São contabilizados nesta conta:
 - i) as transferências a que as entidades têm direito, nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento do Estado, exceto as do financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou por contrato-programa, que são registadas na conta 2745 -Subsídios para investimentos.
 - ii) os subsídios obtidos, nos termos da lei, sem contrapartida a unidades produtivas com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

- b) Estão contabilizados:

Rubricas	Valor €		Variação	
	31-12-2014	31-12-2015	Nominal	%
FEF corrente	4.818.644	4.826.281	7.637	0,16%
FSM	78.973	101.565	22.592	28,61%
IRS	68.658	102.068	33.410	48,66%
Outras	709.308	670.505	-38.803	-5,47%
FEF Capital	713.066	536.253	-176.813	-24,80%
Fundos e serviços autónomos	0	6.107	6.107	
Exterior	109.017	106.918	-2.099	-1,93%
TOTAL	6.497.666	6.349.697	-147.969	-2,28%

- c) No cômputo geral tiveram uma descida em 2015 relativamente a 2014 de 2,28% (147.969 €), que se deve essencialmente à diminuição das verbas do FEF.
- d) Analisámos mensalmente as transferências efetuadas para o Município, tendo concordado com o princípio seguido na contabilização das mesmas, pelo que validamos os saldos.

4. ENDIVIDAMENTO

Dívida Total (31-12-2015)						Montante em excesso	Margem	Variação da dívida de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Variação do excesso de 1 de Jan a 31 de Dez (%)	Utilização da margem disponível de 1 de Jan a 31 de Dez
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais e FAM	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM					
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)]-(16), se (10)>0 e (7)+(10)>(16)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
20.664.129	1.203	20.665.332	55.178	366.178	20.243.976	10.234.193		-6,51%	-12,10%	

- O quadro transcrito acima reflete a situação do município em 31/12/2015, de acordo com dados da DGAL, que não cumpre o limite de dívida total, não tendo margem para a obtenção de empréstimos.
- Relativamente ao final de 2014 a dívida a terceiros teve uma descida de 6,51%.
- No conjunto, verificou-se uma melhoria ao nível do endividamento do Município.

7. As modificações e alterações orçamentais provocaram, relativamente ao orçamento inicial um acréscimo de despesa e da receita de 1,8%, sendo que ao nível das despesas de correntes que tiveram um acréscimo de 2,6%, e ao nível das despesas de capital foram corrigidas em alta de 0,19%.
8. Já do lado da receita, tanto a corrente como a de capital mantiveram-se.
9. Uma vez que os reembolsos e restituições não foram refletidos no controlo orçamental da receita, a receita líquida está sobreavaliada em 3.485 €, conforme referido no ponto 1.6 do Anexo.
10. O PAM que deveria ter iniciado em 2015 transitou para 2016.

5.2 Análise Orçamental

1. Para esta análise recorreremos tanto a alguns rácios como a quadros de apoio em que fizemos tanto uma análise à execução orçamental do ano como a comparações com o ano de 2014.
2. Em termos de rácios optámos por analisar relativamente os seguintes:

Rácio	31-12-2014	31-12-2015
Peso da Receita Própria na Receita Total	13,13%	13,08%
Grau de Cobertura da Despesa Corrente pela Receita Corrente	112,02%	117,70%
Peso da Despesa Corrente na despesa Total	75,77%	72,36%
Peso da Despesa de Capital na despesa Total	24,23%	27,64%
Peso das despesas de pessoal nas Despesas Correntes	49,47%	46,43%
Peso das despesas de capital na Despesa Corrente	31,97%	38,19%
Peso do serviço da Dívida na Despesa Total	16,65%	9,74%
Peso do Investimento nas Despesas de capital	54,92%	77,06%

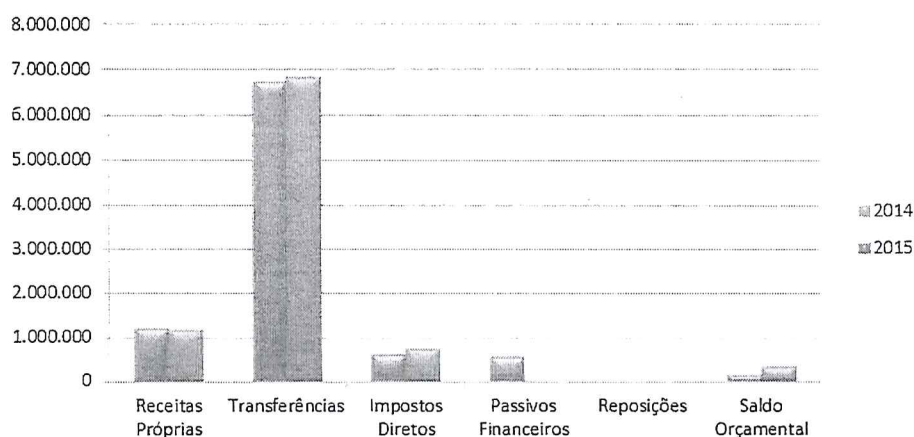
3. Pela análise dos indicadores acima apresentados, concluímos em síntese que:
 - a) O peso da receita própria na receita total é relativamente baixo, pelo que o Município (aliás como quase todos) está muito dependente das transferências vindas do Orçamento do Estado (correntes e de capital). O rácio, manteve-se relativamente a 2014.
 - b) A receita corrente continuou a superar a Despesa Correntes, tendo inclusive assumido uma subida relativa de 117,7% em 2015 contra 112,02% em 2014.
 - c) O peso da despesa corrente na despesa total em 2015 foi de 72,36% enquanto em 2014 havia sido de 75,77%, o que significa uma descida relativa de cerca de 4,5%.

- d) Cenário inverso se verifica no peso das **despesas de capital na despesa total**, que subiu de 24,23% para 27,64%.
- e) O **peso dos custos com pessoal relativamente às despesas correntes** desceu de 49,47% em 2014 para 46,43% em 2015.
- f) As **despesas de capital** equivaleram em 2015 a 38,19% das despesas correntes. Em 2014 equivaleram a 31,97%.
- g) O peso do **serviço da dívida** (juros + amortizações capital) **na despesa total** foi em 2015 de 9,74% quando em 2014 foi de 16,65%.
- h) O peso dos **investimentos nas despesas de capital** (aquisições de bens de capital subiu de 54,92% em 2014 para 77,06% em 2015.

5. A estrutura das receitas municipais nos anos de 2014 e de 2015, apresenta-se da seguinte forma:

Estrutura da Receita Municipal				
Rubricas	€		Variação €	
	2014	2015	Real	%
Receitas Próprias	1.225.950	1.203.150	-22.799	-1,86%
Transferências	6.751.660	6.854.413	102.753	1,52%
Impostos Diretos	622.632	767.853	145.221	23,32%
Passivos Financeiros	570.000	0	-570.000	-100,00%
Reposições	2.076	2.201	125	-
Saldo Orçamental	164.299	372.791	208.493	126,90%
Total	9.336.617	9.200.409	-136.208	-1,46%

6. O que graficamente se apresenta como:

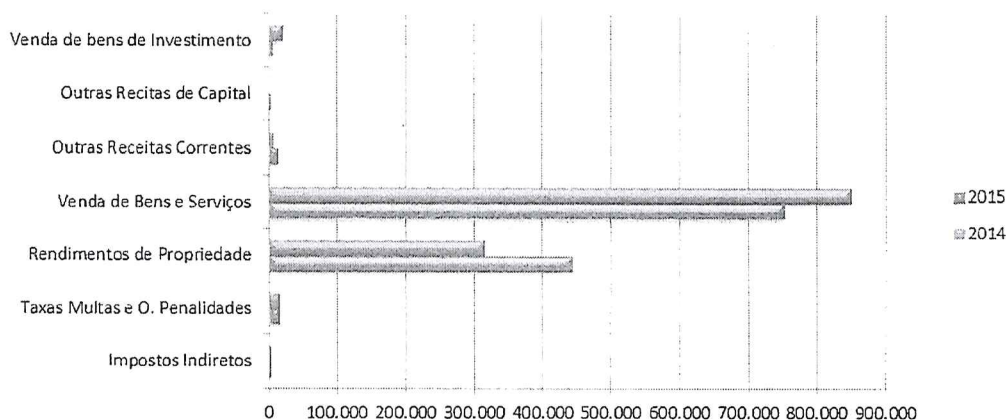


7. Verifica-se o forte peso das transferências do Estado nas Receitas do Município, que representaram em 2014, 72,3% do total e, em 2015, 74,5%. Por outro lado, é relativamente baixa a comparticipação das receitas próprias para o total das receitas que se manteve nos 13,1%.
8. Para as receitas do ano contribuíram ainda, os saldos de gerência. Representaram 1,8% em 2014 e 4,1% em 2015.
9. De notar que o peso dos Impostos diretos no total das receitas cobradas foi de 6,7% em 2014, tendo subido para 8,3% em 2015.
10. No cômputo geral, a execução da receita em 2015 teve um comportamento um pouco mais baixo do que em 2014, já que não foram contraídos empréstimos, pelos que os passivos financeiros não influenciaram no ano de 2015 as receitas.

11. Quanto às receitas próprias apresentaram os seguintes valores de execução nos anos de 2014 e de 2015:

Rubricas	€		Variação	
	2014	2015	Real €	%
Impostos Indiretos	1.087	664	-423	-38,91%
Taxas Multas e O. Penalidades	13.155	13.644	489	3,72%
Rendimentos de Propriedade	442.811	314.298	-128.513	-29,02%
Venda de Bens e Serviços	752.142	849.563	97.421	12,95%
Outras Receitas Correntes	12.108	5.962	-6.146	-50,76%
Outras Recitas de Capital	100	0	-100	-100,00%
Venda de bens de Investimento	4.545	19.019	14.473	318,43%
Total	1.225.950	1.203.150	-22.799	-1,86%

12. O que graficamente se traduz em:

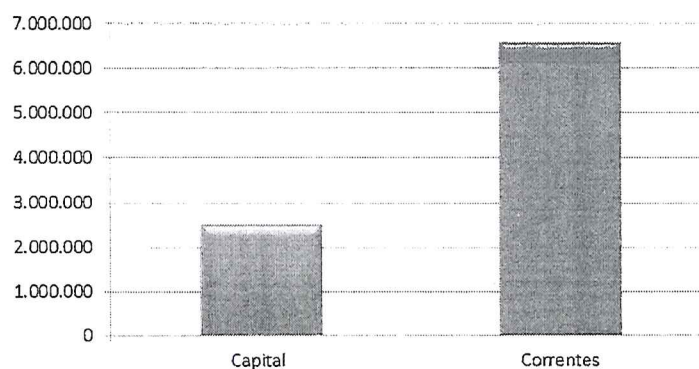


5.3.2 Despesa

1. O quadro seguinte apresenta a execução da Despesa nos anos de 2014 e de 2015:

Mapas da Despesa 2015 (€)								
Rubrica	Dotações Corrigidas	Estrutura	Compromissos Assumidos	Despesas pagas	Estrutura	Compromissos por Pagar	Grau de Execução	
							2014	2015
Capital	6.835.379	32,90%	23.325.818	2.514.490	27,64%	1.122.629	25,28%	36,79%
Correntes	13.940.336	67,10%	18.452.373	6.583.396	72,36%	1.685.450	46,73%	47,23%
Total	20.775.715	100,00%	41.778.191	9.097.886	100%	2.808.078	38,77%	43,79%

2. O que graficamente, e comparando o ano de 2014 com o de 2015, se traduz em:



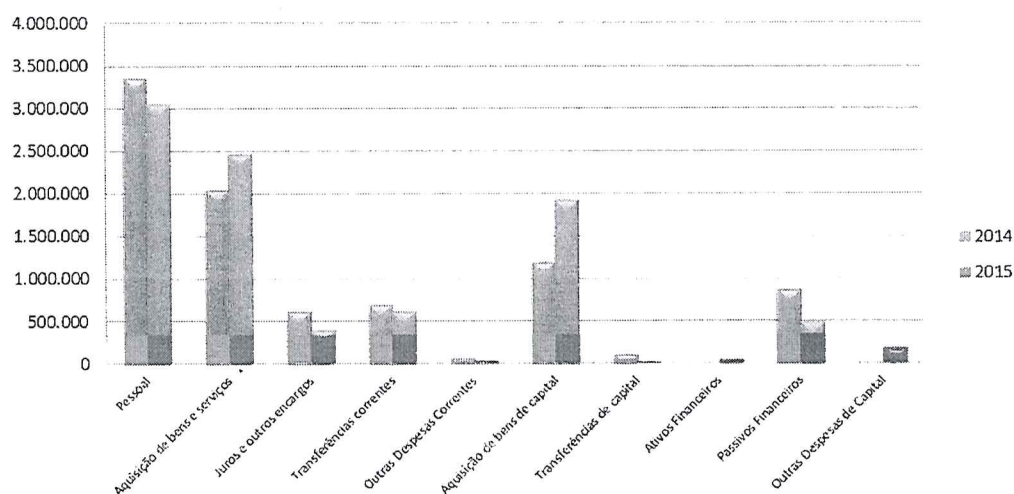
3. Verifica-se que, o grau de execução da despesa foi de 43,8% em 2015, acima execução de 2014 que foi de 38,8%. A despesa líquida de capital paga foi de 36,8% da dotação para o ano em 2015 e de 25,3% em 2014.

4. A estrutura da Despesa Municipal em 2014 e em 2015 é-nos dada pela análise do quadro seguinte:

Estrutura da despesa Municipal 2015 €				
Rubricas	€		Variação	
	2014	2015	Real €	%
Pessoal	3.359.984	3.056.690	-303.295	-9,03%
Aqui. de bens e serviços	2.045.775	2.463.892	418.117	20,44%
Juros e outros encargos	617.333	393.583	-223.750	-36,24%
Transferências correntes	695.448	623.682	-71.766	-10,32%
Outras Desp ^{as} Correntes	73.626	45.549	-28.077	-38,13%
Aqui. de bens de capital	1.192.622	1.937.605	744.982	62,47%
Transferências de capital	104.062	23.689	-80.373	-77,24%
Ativos Financeiros	0	61.030	61.030	-
Passivos Financeiros	874.974	492.167	-382.808	-43,75%
Outras Desp ^{as} de Capital	2.520	187.559	185.039	7342,83%
Total	8.966.345	9.285.445	319.100	3,56%

5. O quadro não confere com o quadro que mostra o total da despesa paga (acima), porque contém em 2015, tal como consta dos elementos fornecidos pelo Município mais 187.559 €, de Outras Despesas de Capital.

6. O que, graficamente se traduz em:



7. Relativamente a 2014:

- As despesas com Pessoal baixaram relativamente a 2014, 9,03%.
- A aquisição de bens e serviços subiu 20,44%;

- c. Os juros e outros encargos baixaram 36,34%;
- d. A aquisição de bens de capital aumentaram 62,47%;
- e. As transferências correntes desceram 10,32%;
- f. Os Passivos financeiros baixaram 43,75%.

- 8. As despesas pagas com o Pessoal nas Despesas do Município, que representam 37,5% do total em 2014, em 2015 representaram 32,9%.
- 9. Do lado das despesas pagas, o peso relativo das aquisições de bens e serviços subiu significativamente relativamente à despesa paga (26,5% em 2015; 22,8% em 2014).
- 10. As transferências correntes pagas, desceram em 2015 de um peso de 7,8% na despesa paga em 2014 para 6,7% em 2015.
- 11. As despesas pagas com a aquisição de bens de capital, foi de 20,9% em 2015 contra 13,3% em 2014.
- 12. Os passivos financeiros pagos representaram em 2014, 9,8% da despesa paga (874.974 €), tendo representado em 2015, 5,3% da despesa paga (492.167 €).

5.4 Análise do PPI

1. A Execução do plano Plurianual de investimentos, no ano de 2015, é apresentada no quadro seguinte:

Plano Plurianual de Investimentos 2015 (€)						
Rubricas	Montantes Previstos		Montantes Executados		Nível de Execução	
	Ano	Anos Seguintes	Anos Anteriores	Ano	Ano	Global
Funções gerais						
Administração geral	49.921			10.242	20,52%	20,52%
Total 1	49.921	0	0	10.242	20,52%	20,52%
Funções Sociais						
Educação	621.627	1.087.918		84.700	13,63%	4,95%
Saúde	71.608	281.608			0,00%	0,00%
Segurança e Ação Social	86.837			14.327	16,50%	16,50%
Habituação e Serviços Colectivos	1.021.661	1.695.944		466.925	45,70%	17,18%
Serv.culturais, recreat. e religiosos	688.349	386.328		87.470	12,71%	8,14%
Total 2	2.490.083	3.451.798	0	653.422	26,24%	11,00%
Funções económicas						
Indústria e energia	457.087	84.570		314.070	68,71%	57,98%
Transportes e comunicações	1.249.783	525.000		807.976	64,65%	45,53%
Comércio e turismo	312.503	312.500			0,00%	0,00%
Total 3	2.019.373	922.070	0	1.122.045	55,56%	38,15%
Outras funções	1.238.121	1.343.011		424.174	34,26%	16,43%
Total	5.797.498	5.716.879	0	2.209.883	38,12%	19,19%

2. O nível de execução e de financiamento do PPI em 2015 representa 38,12 % do total previsto para o ano.

3. As rubricas ao nível das Funções sociais que mostraram maior índice de execução no ano são:

- As da Serviços Culturais recreativos e Religiosos (12,7%);
- A da Habituação e Serviços Colectivos (45,7%);
- As da Educação (13,6%).

4. As nível das funções económicas de destacar a execução de:

- Indústria e energia (68,71%);
- Transportes e comunicações (64,65%).

5. O nível de execução Global do PPI está nos 19,19% em finais de 2015.

Equilíbrio Orçamental 2015	
Receita corrente bruta Cobrada	7.748.389
Despesa corrente paga	6.583.396
Amortização emp ^{os} ML Prazo	1.475.178
Total	8.058.574
Excedente	-310.185

4. O Município mantém-se em desequilíbrio orçamental.
5. Para o cálculo das amortizações de médio e longo prazo, não entraram os 2 últimos empréstimos constantes do mapa acima, por, apesar de estarem em incumprimentos, serem de curto prazo para apoio à tesouraria. A Lei fala em empréstimos de médio e longo prazo.
6. O incumprimento do Município relativo aos financiamentos bancários rondava os 3.570.000 €, em 31/12/2015, 570.000 € dos empréstimos de curto prazo contraídos em 2014 e cerca de 3 milhões por incumprimento de todas as prestações dos três primeiros anos dos empréstimos para saneamentos financeiros contraído em 2009.
7. O Município está em desequilíbrio orçamental.
8. Na sequência do seu desequilíbrio, o Município submeteu para aprovação um Plano de Ajustamento Municipal.

7 CONTROLO INTERNO

1. Analisámos o funcionamento do controlo interno que está definido em regulamento próprio.
2. De uma forma geral o seu funcionamento não se afastando significativamente do estipulado no regulamento interno, contém algumas inconformidades entre o regulamentado e a prática.
3. Assim, é nosso entendimento que se mantém o que dissemos em 2014, nomeadamente:

7.1 Documentos de suporte

- a) Ao nível dos documentos de suporte do POCAL:
 - i. Não é emitida a Guia de débito do Tesoureiro (SC-2).
- b) Ao nível dos documentos de suporte auxiliares de elaboração manual:
 - i. Não é emitido auto de carga;
 - ii. Não é emitido boletim de itinerário.
- c) A contabilidade de custos não está implementada.

7.2 Critérios ou métodos específicos

- a) As provisões para cobranças duvidosas não são criadas de acordo com o RCI.
- b) A depreciação de *stocks* não é analisada tendo em vista a criação de provisões.

7.3 Receita orçamental

- a) As guias de recebimento são feitas em triplicado, mas o serviço emissor não fica com cópia.
- b) Da folha de caixa depois de validadas pela Contabilidade e Presidência da Câmara fica cópia na contabilidade.
- c) Os saldos referentes às dívidas de Clientes/Utentes devem mensalmente ser controlados e analisados, utilizando balancetes.

- d) Devem ser enviadas cartas de circularização a terceiros, por amostragem, mas que representem uma amostra significativa. Esta circularização deve ser resumida em folhas de controlo.

7.4 Arquivo e gestão de bens Imobilizados

- a) Na contabilidade analítica deve-se apurar os custos dos trabalhos para a própria entidade, para valorizarem o património.
- b) A secção de Aprovisionamento e Património devem organizar os processos de alienação de imobilizado.

7.5 Inventariação de bens

- a) O controlo de inventários deve ser feito por um funcionário do controlo de inventários e um do Aprovisionamento.
- b) Anualmente deve ser feita comparação entre os registos contabilísticos e os do cadastro do imobilizado.

7.6 Aquisição e gestão de existências

- a) Se a receção de bens é feita pelos serviços, estes devem enviar no final do dia a guia de remessa ao Armazém para este movimentar os *stocks*.
- b) O armazém deve ter arquivo das GR e guias de entrada e enviar diariamente o original da GR à Contabilidade.

7.7 Controlo de inventário e existências

- a) A ficha de existências deve traduzir as mercadorias existentes em Armazém, pelo que deve ser implementado o sistema de inventário permanente.
- b) Deve haver avaliação periódica de existências para detetar deterioração, obsolescência ou ruturas das mesmas, que devem estar cobertas por provisões adequadas.
- c) Deve proceder-se a um corte de receção e entrega de existências para verificar:

- iv) Em caso de substituição do Tesoureiro.
- h) Destas contagens devem ser lavrados termos de contagem assinados pelos intervenientes e pelo Presidente.

7.10 Fundos de manei

Os titulares devem remeter à contabilidade mapa onde constem todos os pagamentos efetuados e os documentos de suporte, para que o fundo seja reconstituído.

7.11 Subsídios protocolos e outros acordos de financiamento

Antes da deliberação de concessão, a contabilidade deve elaborar sempre proposta de cabimento.

7.12 Passivos financeiros

Devem efetuar-se os seguintes testes:

- i. Análise da conformidade dos procedimentos;
- ii. Validação dos valores amortizados e contabilizados, com recurso a amostragem;
- iii. Confirmar os juros contabilizados;
- iv. Validar dos valores amortizados e contabilizados.

7.13 Controlo orçamental

- a) Os compromissos por faturar devem regularmente ser verificados por forma a averiguar da sua anulação ou não e desta forma não afetar negativamente os fundos disponíveis.
- b) O Município cumpriu a redução do número de trabalhadores previsto no nº 62º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.



- a) Relativamente ao imobilizado em curso cerca de 24.249.000 € em 2015, tal como refere a nota 1.6 do Anexo às demonstrações financeiras, parte das obras encontra-se concluída, prevendo-se a sua regularização em 2016. Da nossa análise, cerca de 8.000.000 €, referem-se a obras imutáveis que deveriam transitar para imobilizado firme. Considerando uma taxa de amortização média de 1,25%, as amortizações do exercício estão subavaliadas em 100.000 €
 - b) As amortizações do exercício estão subavaliadas relativamente aos mapas de amortizações em 53.833 €. Estes saldos devem ser acertados em 2016.
 - c) Por não ter sido aplicado o MEP à participada EDC Mármore, os investimentos financeiros estão sobreavaliados em 46.020 €, os custos subavaliados em 15.941€ e as provisões subavaliadas em 3.756 €. Esta participada, por as suas contas anuais estarem desequilibradas, o seu passivo releva para a dívida do Município. Tendo em conta o seu passivo de 2015, relevarão para a dívida do Município cerca de 113.000 €. A participada, à data de 31/12/2015, reúne as condições para dissolução ou alienação ao abrigo do artigo 62º da Lei 50/2012.
 - d) Os bens cedidos ao abrigo de contratos de concessão deveriam ser identificados e registado em investimentos financeiros.
 - e) Por deficiente implementação da contabilidade analítica não são registados os proveitos referentes a obras por administração direta, desta forma o imobilizado e os proveitos estão subavaliados em valor incerto.
2. Relativamente às existências
Existem no inventário vários itens sem rotação nos últimos 3 anos. Deve ser averiguada a sua razoabilidade por forma a concluir se vão ser utilizados no futuro ou se devem ser constituídas provisões.
3. Relativamente aos Fornecedores
O saldo da SOPOVICO SA (60.274 €) deve ser analisado e regularizado em 2016.
4. Relativamente aos Depósitos à Ordem
Existem itens por reconciliar de anos anteriores. Respeitam a cheques em trânsito no valor de 4.045 €. De acordo com o ponto 1.6 do Anexo às demonstrações, foi deliberado em 2016 proceder à sua anulação.
5. Relativamente aos Proveitos Diferidos
A rubrica de proveitos diferidos encontra-se sobreavaliada. Existem bens em curso associados a proveitos diferidos que já estão em funcionamento, não tendo transitado para imobilizado

